



O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE EM ECONOMIAS PERIFÉRICAS

Leonardo Furtado da Silva
Valdinho Pellin

RESUMO

Muitos países desenvolvidos, seja através de suas políticas expansionistas ou do capital de muitas de suas empresas estatais/privadas, exploram os recursos e o meio natural de nações em desenvolvimento, sem observar os aspectos ecológicos, culturais e da própria soberania destes territórios. No contexto nacional, cada unidade da federação e suas características naturais estão atreladas a uma mesma constituição e legislação específicas, pois embora existam portarias e decretos baixados pelos poderes locais, o que deve ser observado é o que prevê a jurisdição e as normas constitucionais oriundos da iniciativa da união. Este trabalho tem o intuito de analisar, discutir e propor alternativas sustentáveis na análise de projetos e políticas públicas para a adoção de medidas e manejo de recursos naturais locais a partir de uma perspectiva sustentável global. Pretende portanto, fazer uma proposição reflexiva de ações para o meio ambiente local tendo como norte o cenário legal e cultural existente na perspectiva ecológica contemporânea.

Palavras-Chaves: Ecologismo, sustentabilidade, subdesenvolvimento e economias periféricas.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho fará uma análise sobre a possibilidade de grupos sociais organizados contribuir para a promoção do desenvolvimento. Questões referentes a aspectos políticos, econômicos, ecológicos e sociais serão abordadas no presente artigo, bem como algumas propostas de alternativas paralelas e endógenas (regiões periféricas) que possam oferecer uma possibilidade de desenvolvimento. O associativismo será tratado como uma possível ação e ou política pública para desenvolver a região. Outro aspecto levantado como hipótese para a melhoria da qualidade de vida das pessoas é a municipalização, pois trata-se de uma



possibilidade de construção descentralizada a partir do município/localidade sem a dependência de decisões centrais.

Neste sentido, o artigo pretende oferecer uma análise conceitual do contexto social e ecológico, baseado em algumas regiões, para que possam haver discussões futuras (contribuição) sobre possibilidades de desenvolver regiões a partir de suas especificidades ambientais, sociais e econômicas. O respeito a cultura e modos de produção são elementos importantes dentro do contexto deste trabalho.

Metodologicamente o trabalho está amparado em uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, inspirado em discussões no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau- FURB.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TEMA DENTRO DO UNIVERSO DE ANÁLISE

A luta de muitos grupos sociais no chamado terceiro-mundo não é apenas por equidade de condições em oportunidades ou qualidade de vida, existe um fator preponderante na formulação dos objetivos destas organizações, pautados na luta pelo meio-ambiente e principalmente dos recursos naturais disponíveis para utilização sustentável como meio de produção, exemplo sul-americano da extração vegetal na Amazônia e os bosques no Himalaia na Ásia. Uma correta gestão destes recursos e de uma justa distribuição de renda para estes países como consequência é o que objetivam estes grupamentos sócio-políticos nos países do sul, a exemplo do movimento dos Chipko no Himalaia. Muitos conglomerados econômicos e tecnológicos de países desenvolvidos sabem através de pesquisas empírico-científicas, o potencial energético de muitas regiões do planeta, por isto combustível fóssil e ou alternativos como o etanol, etanol celulósico, biodeesel etc são mapeados com precisão ou investigados de acordo com a característica natural/geológica local para uma futura exploração ou na proposição de “parcerias estratégicas energéticas”.

Portanto, cabe aos países e regiões detentoras do potencial energético natural, administrar seus potenciais de maneira eficiente com a orientação e proteção de políticas públicas que permitam um enfrentamento racional de situações de avanços de economias e



seus grupos mais sólidos em investimentos ou empreendimentos para seus territórios. Dentro desta concepção e da perspectiva de uma economia ecológica, Alier (1998) comenta o papel fundamental dos movimentos sociais:

Os movimentos sociais dos pobres são lutas pela sobrevivência, sendo, portanto, movimentos ecológicos (qualquer que seja o idioma com que se expressem) porquanto seus objetivos são as necessidades ecológicas para a vida: energia (as calorias da comida para cozinhar e aquecer), água e ar limpos, espaço para abrigar-se” (ALIER, 1998 p.37).

Com isso, tem-se que a sobrevivência de muitas pessoas, especialmente as excluídas e de economias periféricas passa, em um primeiro momento, por uma consciência e luta ecológica, se externalizando posteriormente como alicerce social para muitas destas nações. Fazendo-se um comparativo de ações de países desenvolvidos em torno da preservação e gestão de seus recursos estratégicos, exemplo claro dos Estados Unidos em relação a água potável, onde seus reservatórios ficam sob a responsabilidade de gestão e segurança do exército, o mesmo que “guarnece” os poços de petróleo do povo Iraquiano. Esta constatação empírica exemplifica o que existe hoje no cenário ecológico mundial: uma luta por recursos energéticos (especialmente os renováveis) e pela preservação ou conquista de espaços geográficos que possam levar a um domínio sob a comercialização e ou exploração de determinado recurso.

No caso brasileiro, é preciso uma atenção redobrada em torno não só das fontes de produção de combustíveis “verdes” e de suas fórmulas. Com cientistas e instituições como a Petrobrás, o Brasil é um dos grandes ou o maior detentor de recursos hídricos do planeta e isto no curto prazo será motivo para inserções dos ricos, desesperados por água potável (recurso sabidamente esgotável). A utilização dos recursos naturais é em muitos casos uma questão estratégica de soberania nacional e expansionismo¹ (Exemplo da bacia da Prata – Rio Paraguai e a estratégia do governo militar brasileiro em construir Itaipu para utilização da hidrelétrica e uso estratégico militar para com os demais países do cone-sul.

É neste contexto que torna-se necessário ter cuidado e consciência para os grupos sociais e político ao se engajarem na luta ecológica, seja com uma visão sistêmica política ou



para o regramento de organizações privadas produtivas. Alier (1998) salienta a importância para a ordenação dos processos sociais e produtivos da ecologia, sempre como pano de fundo a sustentabilidade:

Também são movimentos ecológicos porque habitualmente tratam de manter ou desenvolver os recursos naturais à economia ecológica, fora do sistema de mercado generalizado, da valoração crematística, da racionalidade mercantil, o que contribui para a conservação dos recursos naturais já que o mercado os infravalora" (ALIER, 1998 p.37).

Cabe a cada região o auto conhecimento de suas potencialidades naturais, seja para a produção agrícola ou energética, visando o bem estar das pessoas e buscando uma distribuição de renda que permita um equilíbrio entre taxa de crescimento demográfico, produção de alimentos e geração de emprego e renda para o acesso e sobrevivência dos seres humanos. Com isso, além do que apregoa a economia ecológica ou fazendo parte dela, especialmente os países em desenvolvimento como o Brasil, é necessária uma política que permita que os seus cidadãos possam ter acesso ao planejamento familiar, claro democrático e não neo-malthusiano, mas que efetivamente os índices de crescimento demográfico de países como Brasil, Peru e Bolívia tenham ao longo de uma perspectiva de planejamento, índices como Chile, Uruguai e Argentina e em um futuro ainda mais distante, mas desejável como Suécia e Alemanha, por exemplo.

As necessidades da sobrevivência humana passam sempre pela preocupação ecológica, do espaço a ser ocupado e o equilíbrio entre os recursos naturais dispostos na área ocupada (alimentos, por exemplo) e os seres humanos que nela habitam. Nos países periféricos, a carência por uma política educacional eficiente e abrangente, faz com que o processo de exclusão dos seus cidadãos seja ampliado pelas conseqüências nocivas a qualidade de vida, pois economias desaquecidas e que, portanto não propiciam pleno emprego aos seus cidadãos e conseqüente acesso a emprego, renda para a saúde e educação, leva a inconsciência ecológica imediata.

O que esta afirmativa traz como mensagem, é que o problema ambiental e de distribuição de recursos/alimentos não está no cidadão dos países subdesenvolvidos e sim nas condições sociais em que está submetido e pela própria ordenação e ocupação do espaço geográfico em que está inserido. A realidade é que é preciso analisar quem explora os recursos



de maneira não sustentável em sua atividade econômica e como estão sendo tratadas as questões referentes a políticas públicas de inclusão no terceiro mundo por parte dos países desenvolvidos. Está é a preocupação de Martini (1993) em um de seus textos:

Quais são os problemas associados à dinâmica demográfica, no que tange ao bem-estar ambiental da humanidade? Quem é o responsável e que providências deveriam ser tomadas? Como essa relação se insere na discussão sobre o desenvolvimento sustentável? Estas, sem dúvida, vão constar do rol das questões mais candentes na pauta da política internacional durante as próximas décadas” (MARTINI, 1993 p.14).

Portanto, são questões absolutamente pertinentes e interligadas em uma problemática mundial: meio-ambiente, qualidade de vida e inclusão. No caso brasileiro, os índices apontados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, em relação à fecundidade, mostram um franco declínio, bem como a sua ocupação demográfica estar mostrando que a população está residindo em grandes cidades. Este último tópico apresenta claramente a conexão social e ecológica, que por sua vez necessitam de uma taxa de crescimento que propicie o acesso cidadania e que chegue ao desenvolvimento econômico sustentável (crescimento da economia + qualidade de vida e preocupação ambiental) para o país e suas regiões.

Contudo, vê-se que na realidade as questões envolvendo o meio-ambiente e a população, constituem uma interação social e uma necessidade de sobrevivência para o presente e as gerações futuras. Ainda dentro do contexto brasileiro, é importante fazer-se uma analogia com tópicos já citados, pois nos anos oitenta a questão da floresta amazônica começou a ser tratada pelos países do primeiro-mundo como se fosse uma situação em que os problemas sócio-demográficos e de exploração predatória estivessem causando os malefícios a saúde do planeta, ora sabido que os índices de fecundidade no Brasil estão em declínio desde a década de oitenta, fica claro o interesse destas nações nas riquezas naturais para exploração da Amazônia e que o baixo índice demográfico da região não podem acarretar em problemas ou de capacidade de carga ora de excesso de exploração, quando sabido o que ocorre em muitas regiões de floresta em alguns países do hemisfério norte. Cabe a partir desta análise, ressaltar o verdadeiro interesse de alguns países do primeiro-mundo em relação a “preservação” do meio-ambiente e utilização dos recursos naturais/renováveis, citadas por Martini (1993):

*Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015*



As discussões realizadas na ECO-92 sobre a emissão de gás carbônico deixaram algo claro que alguns países mais poderosos e mais industrializados, liderados pelos EUA, consideram que a redução de emissões implica custos econômicos e sociais que eles não estão dispostos a assumir agora (MARTINI, 1993 p. 26).

Neste cenário ecológico global traçado, é importante diferenciar o que é uma economia capitalista desenvolvida, subdesenvolvimento e consciência ecológica, a partir deste ambiente macro traçar políticas de ações sustentáveis nos níveis nacional, regional e estadual, objeto da preocupação deste trabalho. Quando é medido o PIB – Produto Interno Bruto e o PNB – Produto Nacional Bruto, o objetivo é ter uma noção da dimensão econômica de um país. Uma questão importante neste objeto de estudo é como mensurar ou avaliar o potencial ou a massa total existente no meio-ambiente. Para a sustentabilidade regional, é importante medir as implicações ambientais causadas pelo crescimento econômico, sendo positivo fazer a mesma avaliação para os estados e o país como um todo, a exemplo do que ocorre em Blumenau e o seu ISB – Índice de Sustentabilidade de Blumenau, também conhecido por sustentômetro, explicitado por Merico (2002):

É composto por indicadores que avaliam quatro elementos da natureza: ar, água, solo e cobertura florestal. O sustentômetro demonstra que, cada vez mais se estabelecem objetivos estratégicos de transformação da realidade, no caso de uma política ambiental definida e articulada para gerar a manutenção e melhoria do capital natural como uma das condições para o avanço da sustentabilidade, podem-se obter resultados significativos (MERICO, 2002 p.119).

Este dado empírico demonstra que ações a partir da política pública podem começar a reger uma sociedade em relação às questões ambientais/sustentabilidade, pois a partir da popularização de índices como estes, já que os de demografia são bastante explicitados desde alguns decênios, cria-se uma cultura ecológica e a partir daí as políticas públicas a serem desenvolvidas.

Exemplos como os da Suécia e Finlândia, na criação do imposto de Co², onde além de uma tributação aplicada aos empreendimentos ou produtos que extrapolem as medidas de

*Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015*



emissão de gás carbônico permitidas na legislação destes países escandinavos, cria-se uma cultura de os consumidores buscarem novas fontes de energia e popularizar mais as já existentes quanto ao seu consumo. Isto demonstra a importância de iniciativas e da popularização das mesmas para que se crie uma disseminação do ecologismo a partir de dados empíricos, fatos que possam ser mensurados pelo mercado, pois fatores de interesse público não são canalizados pela população somente através de movimentos ou discussões políticas, sejam partidos políticos ou grupos sociais.

Em sociedades em que a ausência da cultura de discussões de interesses públicos, ou seja, com uma democracia menos evoluída faz-se necessário um dado empírico aonde o sentimento e a cultura popular acabam sendo lembrados ou valorizados em sua disseminação para o bem comum.

3. EXEMPLIFICAÇÃO E PROPOSTAS A PARTIR DA REALIDADE ECOLÓGICA BRASILEIRA: DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS VÁRZEAS DOS RIOS AMAZONAS E SOLIMÕES: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE

Este tópico do trabalho visa observar uma amostragem da realidade da principal floresta do Brasil e as condições ambientais, econômicas e sociais em que vivem as populações autóctones dos grandes rios da região norte do país. Lima (2005) traz este exemplo para análise e proposições dentro da realidade ecológica brasileiro-periférica.

A partir das discussões contemporâneas sobre a sustentabilidade e manejo sustentável dos recursos, grande desafio para a correta exploração econômica da floresta, é importante a reflexão sobre a região de ocupação mais antiga da Amazônia: a extensa calha do Rio Amazonas. Para construção e efetivação de políticas de desenvolvimento para a região, é importante contextualizar as contradições existentes na formulação destas proposições para um planejamento oficial: visão economicista e de outro lado inspirações a partir dos ideais de sustentabilidade ambiental. Dentro de uma visão moderna para a planificação do



desenvolvimento de uma região, faz-se necessário uma análise das características locais (sociais, ambientais e econômicas) para a formulação da proposta, no caso da Várzea as lideranças locais foram consultadas e uma rica diversidade sócio-ambiental foi revelada.

O estudo revelou uma diversificação entre grupos sociais de comunidades distintas, portanto uma representação igualitária não existe. Observando-se o Alto e Médio Solimões e Médio e Baixo Amazonas, existe uma diversificação acentuada nos índices de qualidade de atendimento de saúde e acesso e profissionais disponíveis para a educação. No caso da educação, as condições são mais precárias em municípios do Alto e do Médio Solimões. Por outro lado, no Médio Amazonas, não se encontrou nenhum analfabeto e em apenas uma comunidade não havia professor. Outro aspecto que irá corroborar com o exemplo trazido para este trabalho, diz respeito às condições e conseqüências oriundas da exploração econômica da região e do manejo de seus recursos na criação e expansão da pecuária budalina (búfalos), citados pelos organizadores:

Em todas as regiões do Baixo Amazonas há consenso quanto aos efeitos ecológicos negativos do búfalo nos lagos e em campos de várzea, com exceção, claro, dos criadores. Onde há búfalo, é certo afirmar que certamente existe impacto ambiental negativo e conflito social” (LIMA, 2005. p. 362).

Esta referência remete a uma reflexão e comparativo, pois se tomando como exemplo a criação suína no oeste e meio-oeste de Santa Catarina, aonde os lençóis freáticos destas regiões são bastante prejudicados pelo escoamento inadequado dos dejetos destes animais, embora os produtores com um capital mais elevado possam tomar ou por conveniência de parceiro privado tenham que fazê-lo.

Em relação as questões ambientais, sabe-se que as atividades agropecuárias, de modo geral, em busca de maior rentabilidade, provocam profundas mudanças no meio natural: retira a vegetação nativa, introduz monocultura de espécies para uso comercial, retira as águas dos mananciais, e utiliza vários outros procedimentos para obtenção de altos índices de produtividade (PEDROSO, 2005, p.25).



O importante nesta analogia é que em uma comparação média nacional, respeitando-se especificidades regionais, o grande conflito capital vs. ecologismo e interesses sociais locais estarão presentes no país e na maioria das nações do Hemisfério Sul. Em detrimento da sustentabilidade da pesca, existe um reconhecimento de interesses em comum por parte das instituições ambientais e das comunidades rurais, no sentido de que das ecorregiões brasileiras, as várzeas do Solimões e do Amazonas apresentam uma expressiva participação na gestão do meio-ambiente. Isto demonstra que sendo por imposição de circunstâncias ou não, é possível uma convergência ecológica e social no meio rural, tendo como pano de fundo os interesses privados e públicos (população).

3.1 PROPOSIÇÃO DE AÇÕES A PARTIR DE NECESSIDADES E REALIDADE DA REGIÃO CITADA

Dentro do universo analisado, surgem duas propostas importantes que podem contribuir para solucionar, ou pelo menos amenizar, os problemas identificados:

3.1.1 – ASSOCIATIVISMO

Esta é uma dinâmica social presente na Amazônia ribeirinha, onde tem importante participação na reformulação do cenário político, libertando-se de políticas coronelistas locais (chamados de Coronéis de Barranco). Outro aspecto importante está no significado territorial, pois se legitima as comunidades e a partir daí uma reestruturação mais democrática do espaço rural, importante para interesses da comunidade, empresários do setor e de grupos ambientalistas (ecologismo).

Apesar da imprecisão conceitual do termo, para o escopo deste estudo entendemos associativismo como o vínculo a qualquer organização da sociedade civil de caráter público não-estatal e sem fins lucrativos (RIBEIRO, 1996). Além da vinculação ressaltada no esboço conceitual, é preciso entender que o associativismo precisa estar também pautado nos laços



de confiança existentes na comunidade, o que em muitas regiões, principalmente as economicamente menos favorecidas, parece uma realidade muito distante a ser alcançada.

3.1.2 – MUNICIPALIZAÇÃO

Há um certo consenso de que a descentralização do planejamento é de fundamental importância para a prática democrática de ações visando os anseios da sociedade.

Bastante difundida e praticada na Europa Ocidental e trazida para os países periféricos por grupos políticos de centro e centro-esquerda, o municipalismo é assim explicitado na referência de Lima (2005): “A municipalização tem reforçado o processo de legitimação administrativa das comunidades na medida em que requer um controle burocrático das ações realizadas no interior dos municípios”.

Este exemplo traz propostas importantes e de acordo com o perfil rural e de combate aos problemas ambientais no Brasil, são soluções básicas para o enfrentamento burocrático e conseqüentemente empírico destes tópicos para o dia a dia da economia e das relações ecológicas e sociais no ambiente não urbano do país, respeitando-se realidades distintas e para a formulação de propostas de gestão destes mesmos problemas e potenciais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação social e ambiental são conseqüências de uma política socialmente excludente e irresponsável para com o meio-ambiente, especialmente no terceiro mundo. O desmando na gestão ambiental da principal potência do globo: Estados Unidos da América, acarretam em sérios problemas para a formulação de políticas públicas e tratados para a amenização dos malefícios ao meio-ambiente do planeta, como por exemplo, a tão debatida questão da emissão de Co_2 (Dióxido de Carbono) na atmosfera.

Nos países do Hemisfério Sul (maioria periféricos), é necessária uma formulação de políticas públicas e parcerias com a iniciativa privada e ONGs, na gestão dos recursos naturais e defesa dos interesses sociais de cada nação. Outro aspecto é a preservação do direito de



cada estado na formulação da política pública de planejamento familiar, pois as mazelas sócio-ambientais não são problemas de crescimento populacional somente, em muitos casos como o do Brasil, de péssima distribuição geográfica da população, dado o exemplo da mais extensa região do país (norte), o que permitiu migração, êxodo rural, favelização e aglomerações urbanas de metrópoles.

Neste caso, a maior ação para a conquista da equidade social esta na educação, assim explicitada pelo Diretor Geral da UNESCO MAYOR apud Nort (2002): “Mais de 80% das pesquisas e suas aplicações são feitas nos países industrializados. A distância entre países pobres e ricos é uma distância de conhecimento”. Portanto, educação e informação, são os alicerces para que as nações e pessoas marginalizadas saiam de um universo de ostracismo para a conquista da equidade social e tecnológica com as nações de primeiro-mundo.

Este trabalho traz quatro pilares que fundamentam as suas discussões e proposições: EDUCAÇÃO, ASSOCIATIVISMO, MUNICIPALISMO E SUSTENTABILIDADE. Estes quatro elementos são para o ambiente urbano e rural (iniciativa privada e poder público) ferramentas de inclusão com participação homogênea de comunidades em temáticas diversas, fazendo com que a sustentabilidade do planeta a partir da perspectiva e do respeito de características de comunidades as mais longínquas e isoladas possíveis em uma metodologia universal (perspectiva). Ainda dentro deste contexto, as propostas acima apresentadas estão dentro do escopo que representa o desenvolvimento regional:

- i) as questões institucionais, econômicas e sociais que abrangem, em grande parte, as ciências sociais aplicadas; ii) as questões de natureza territorial que abrangem aspectos da geografia humana e organização do espaço regional; e iii) as questões ambientais que abordam, essencialmente, o equilíbrio para o uso racional do meio ambiente local (VEIGA; 2006, p. 25).

Portanto a utilização do espaço regional deve levar em consideração os fatores ambientais, as quais utilizam de forma equilibrada o meio ambiente de cada região e assim oferecendo a possibilidade de um desenvolvimento regional equilibrado, socialmente justo, ambientalmente respeitoso com ética nas relações humanas. Com isso a proposta deste trabalho é oferecer uma reflexão e possibilidade de uma alternativa para que possa oferecer



para a sociedade a alternativa de um desenvolvimento regional com participação de atores sociais ainda excluídos pela sociedade, com definição de políticas públicas que ofereçam autonomia na tomada de decisão comunitária e estabelecimento de prioridades de acordo com as demandas comunitárias regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J.M. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: Ed. FURB, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO-AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Diversidade Sócio-ambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Deborah Lima, organizadora. Manaus: IBAMA, Pró-Várzea, 2005.

MARTINI, G. **Pobreza e Crescimento Populacional, Causas de Problemas Ambientais?** Ed. UNICAMP, Campinas, 1993.

MERICO, L.F.K. **Introdução a Economia Ecológica**. 2ª ed. Blumenau: Edifurb, 2002.

NORT, E. **Planejamento Familiar: solução básica**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002.

PEDROSO, Ísula. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde - GO**. Revista online Caminhos de Geografia. Jun. 2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 10 Outubro de 2010.

RIBEIRO, L.C.Q. **Desigualdades à Exclusão Social, da Segregação à Fragmentação: os novos desafios da reforma urbana**. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v.7, n.1, abr, 1993.

*Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015*



VEIGA, J. E. **Territórios para um desenvolvimento sustentável.** In: Territórios, Ciência & Cultura, n. 58, jan./mar. São Paulo: 2006.